

Diário do Legislativo de 16/05/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissão

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 138ª reunião ordinária, a realizar-se em 16/5/2000

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Parecer sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Jorge Raimundo Nahas para Superintendente-Geral da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Requerimento nº 1.077/2000, do Deputado Amílcar Martins, solicitando ao Presidente da COMIG o envio, a esta Casa, de cópia do 1º ao 5º termo aditivo ao Contrato nº 1.192, que dizem respeito a prorrogação de prazo para construção de um quartel da Polícia Militar. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.143/2000, da Comissão de Assuntos Municipais, pedindo informações ao Governador do Estado acerca dos atos de governo oficializados durante o período de permanência do "governo itinerante" fora da Capital, bem como outras que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Requerimento nº 1.169/2000, do Deputado Arlen Santiago, em que solicita informações ao Coordenador de Assistência Farmacêutica da Secretária da Saúde referentes ao Programa de Farmácia Básica, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.173/2000, da Deputada Elaine Matozinhos, pedindo esclarecimentos à Procuradora-Geral do Estado sobre o motivo da não-aplicação aos policiais civis de Minas Gerais da Lei Complementar nº 51, de 20/12/85, que diz respeito à complementação de tempo de serviço para aposentadoria. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.192/2000, do Deputado Paulo Piau, em que pede a inserção nos anais da Casa da matéria jornalística da "Agência Estado", intitulada "Há 100 anos nascia Joubert de Carvalho". A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 528/99, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre denúncia de agressões ao meio ambiente no território do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 358/99, do Deputado João Paulo, que torna obrigatória a notificação ao órgão executivo de trânsito dos recursos julgados procedentes pela Junta Administrativa de Recursos e Infrações - JARI - e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública que opina pela rejeição do Substitutivo nº 1 e pela aprovação do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 916/2000, da Comissão de Justiça, que delega ao Governador do Estado atribuição para elaborar leis delegadas dispendo sobre a revisão da remuneração dos servidores públicos estaduais e a reestruturação de carreiras e de quadros de pessoal das administrações direta e indireta do Poder Executivo. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 706/99, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição Estadual, a alienação de terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 24/2000, do Governador do Estado, que dispõe sobre manifestação, por militar inativo, de pensamento e opinião. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 11/99, do Deputado Mauro Lobo, que acrescenta parágrafo ao art. 152 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 683/99, do Deputado Antônio Andrade, que institui o Dia da Liberdade, a ser comemorado anualmente em 12 de novembro. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 711/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que institui o Dia Estadual dos Surdos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 77/99, do Deputado Wanderley Ávila, que reserva 4% das poltronas dos ônibus intermunicipais e interestaduais às pessoas obesas e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Transporte opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 85/99, do Deputado Hely Tarquínio, que autoriza o Poder Executivo a transferir a entidades civis sem fins lucrativos a gestão de unidades públicas de saúde e dá outras providências. As Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Doutor Viana solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 346/99, do Deputado Amílcar Martins, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 464/99, dos Deputados Paulo Piau e Alberto Pinto Coelho, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão público e entidade sob controle direto ou indireto do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 3 a 10, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, da Comissão de Justiça, e 3 a 10, da Comissão de Administração Pública, ficando prejudicada a Emenda nº 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 537/99, do Deputado Anderson Adauto, que cria o Fundo Estadual de Promoção dos Direitos Humanos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 589/99, do Deputado Chico Rafael, que dispõe sobre a proteção e a defesa do usuário de serviço público prestado pelo Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 646/99, do Deputado Eduardo Brandão, que torna obrigatória a afixação, em hospitais e clínicas, de cartaz com informações sobre os procedimentos a serem adotados em caso de óbito do paciente. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 681/99, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o fornecimento de medicamentos pela fundação Ezequiel Dias, nos termos que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 696/99, dos Deputados Chico Rafael, Edson Rezende e Elaine Matozinhos, que proíbe a instalação de "catracas" eletrônicas em ônibus que realize viagens municipais ou intermunicipais no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 771/99, do Deputado Wanderley Ávila, que dispõe sobre dispensa de certidão negativa de débito do INSS aos municípios que possuam fundo de previdência próprio. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 110/99, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frutal imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 111/99, do Deputado Álvaro Antônio, que dispõe sobre a implantação de sinalização indicativa e regulamentar nas rodovias vicinais rurais. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 150/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, que dispõe sobre proibição de mensagens das concessionárias de serviços telefônicos em telefones desligados por inadimplência. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 151/99, da Deputada Maria Olívia, que institui Programa de Renda Mínima para Guarda de Crianças Abandonadas e contém outras providências. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 152/99, do Deputado Fábio Avelar, que dispõe sobre a ampliação do objetivo social da COPASA-MG. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 177/99, da Deputada Maria Olívia, que isenta do pagamento de taxas para a confecção de segunda via de documentos as pessoas idosas que tiveram seus documentos roubados ou furtados e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 207/99, do Deputado Mauro Lobo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Peçanha imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 299/99, do Deputado Carlos Pimenta, que cria Comissão Estadual Especial que especifica e dá outras providências. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 353/99, do Deputado Ermano Batista, que dispõe sobre a isenção das taxas de inscrição nos processos seletivos das universidades estaduais para o aluno egresso da rede público. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 383/99, do Deputado João Pinto Ribeiro, que dispõe sobre a criação de espaço publicitário nas faixas de domínio público que margeiam as rodovias estaduais. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 395/99, do Deputado Arlen Santiago, que altera os arts. 2º, 3º, 5º e 6º, da Lei nº 12.079, de 12/12/96, que dispõe sobre a importância da prática de estágio para estudantes. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 415/99, do Deputado Chico Rafael, que obriga as empresas de transportes coletivos intermunicipais a afixar aviso de indenização a passageiros vítimas de acidentes. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 458/99, do Deputado Pastor George, que declara de interesse comum e imune de corte o buriti. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 461/99, do Deputado Rogério Correia, que dispõe sobre a inclusão de artigo na Lei nº 12.971, de 27/7/98. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 31ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 16/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e Votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º Turno: Projeto de Lei nº 257/99, do Deputado Eduardo Hermeto.

No 1º Turno: Projetos de Lei nºs 607/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 702/99, do Deputado Chico Rafael; 774/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 825/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 831/2000, do Governador do Estado; 851/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 880/2000, do Governador do Estado e 904/2000 do Deputado Paulo Piau.

Discussão e Votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 1.279/2000, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 43ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 17/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 797/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.357 a 1.359, 1.378 a 1.381/2000, da Comissão de Direitos Humanos; 1.382/2000, da Deputada Elaine Matozinhos.

Finalidade: obter esclarecimentos, a pedido do Deputado Durval Ângelo, sobre fatos que, segundo denúncia da Comissão Pastoral de Direitos Humanos, vêm ocorrendo nos arredores da Av. Alfredo Balena, envolvendo fiscais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a PMMG e trabalhadores da economia informal, e apreciar a matéria constante na pauta.

Convidados: Cel.PM Severo Augusto da Silva Neto, Comandante de Policiamento da Capital; Srs. Wagner Caetano, representante da Administração Regional Centro Sul; Luiz Fernando Carceroni, Diretor do Departamento de Controle Urbano da Administração Regional Centro Sul; Andreia Fioravante Braga, Agente de Fiscalização; Francisco Carvalho Félix, Presidente do Sindicato Estadual dos Artesãos; William dos Santos, representante da Comissão Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de Belo Horizonte; Hebert Alfredo Vidal, Antônio Marcos Feliz da Cunha, Salvador Vieira Ferreira e João Luis da Silveira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 37ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 17/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 915/2000, do Deputado Durval Ângelo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.369 e 1.370/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 37ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 17/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.360/2000, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; 1.363/2000, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; 1.365/2000, do Deputado Paulo Piau; 1.368/2000, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; 1.372/2000, do Deputado Doutor Viana.

Finalidade: ouvir o Deputado Sávio Souza Cruz, Líder de Governo, nesta Casa, que prestará informações sobre a política de governo para a agricultura e a pecuária mineira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da CPI do Sistema Financeiro, a realizar-se às 14h30min do dia 17/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. Armando Guimarães Souto, ex-funcionário do BDMG; Marcos Raimundo Pessoa Duarte, ex-Presidente do BDMG, e Vicente de Paulo Diniz, Diretor de Finanças e Mercado de Capitais do Banco do Brasil.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 36ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 17/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir o Projeto de Lei nº 175/2000, do Poder Executivo de Contagem, com os Srs. Paulo Augusto Pinto de Mattos, Célio de Castro e Jésus Mário de Almeida Lima, respectivamente, Prefeitos Municipais de Contagem, Belo Horizonte e Betim; Gil Antônio Diniz, Presidente da Câmara Municipal de Contagem; Marcelo Lignani Siqueira, Presidente da COPASA-MG; José Cláudio Junqueira Ribeiro, Presidente da FEAM; Maria Dalce Ricas, Presidente da AMDA; Márcio Tadeu Pedrosa, Presidente da ABES; João Bosco Senra, Diretor-Geral do IGAM; e Maria de Fátima Chagas Dias Coelho, Presidente da ABRH.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Comissão Especial da UEMG, a realizar-se às 14h30min do dia 18/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. Murílio de Avellar Hingel, Secretário de Estado da Educação; Aluísio Eustáquio de Freitas Marques, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; José Augusto Trópia Reis, Secretário de Estado da Fazenda; Margareth Spangler Andrade, Secretária de Estado da Ciência e Tecnologia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 15 horas do dia 18/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 16/5/2000, destinada à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 706/99, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição Estadual, a alienação de terra devoluta que especifica; e 916/2000, da Comissão de Justiça, que delega atribuição ao Governador do Estado para elaborar leis delegadas dispendo sobre a revisão da remuneração dos servidores públicos estaduais e a reestruturação de carreiras e de quadros de pessoal da administrações direta e indireta do Poder Executivo; dos Projetos de Lei Complementar nºs 11/99, do Deputado Mauro Lobo, que acrescenta parágrafo ao art. 152 da Lei nº 869, de 5/7/12952, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais; e 24/2000, do Governador do Estado, que dispõe sobre manifestação, por militar inativo, de pensamento e opinião; e dos Projetos de Lei nºs 528/99, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre denúncia de agressões ao meio ambiente no território do Estado de Minas Gerais; 358/99, do Deputado João Paulo, que torna obrigatória a notificação ao órgão executivo de trânsito dos recursos julgados procedentes pela JARI e dá outras providências; 683/99, do Deputado Antônio Andrade, que institui o Dia da Liberdade, a ser comemorado anualmente em 12 de novembro; 711/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que institui o Dia Estadual dos Surdos Mudos e dá outras providências; 77/99, do Deputado Wanderley Ávila, que reserva 4% das poltronas dos ônibus intermunicipais e interestaduais às pessoas obesas e dá outras providências; 85/99, do Deputado Hely Tarquínio, que autoriza o Poder Executivo a transferir a entidades civis sem fins lucrativos a gestão de unidades públicas de saúde e dá outras providências; 346/99, do Deputado Amílcar Martins, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados; 464/99, dos Deputados Paulo Piau e Alberto Pinto Coelho, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão público e entidades sob controle direto ou indireto do Estado; 537/99, do Deputado Anderson Adatao, que cria o Fundo Estadual de promoção dos Direitos Humanos e dá outras providências; 589/99, do Deputado Chico Rafael, que dispõe sobre a proteção e a defesa do usuário de serviço público prestado pelo Estado de Minas Gerais; 646/99, do Deputado Eduardo Hermeto, que torna obrigatória a afixação, em hospitais e clínicas, de cartaz com informações sobre os procedimentos a serem adotados em caso de óbito do paciente; 681/99, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o fornecimento de medicamentos pela Fundação Ezequiel Dias, nos termos que especifica; 696/99, dos Deputados Chico Rafael, Edson Rezende e Elaine Matozinhos, que proíbe a instalação de catracas eletrônicas em ônibus que realize viagens municipais ou intermunicipais no Estado; 771/99, do Deputado Wanderley Ávila, que dispõe sobre dispensa de certidão negativa de débito do INSS aos municípios que possuam fundo de previdência próprio; 110/99, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frutal imóvel que especifica; 111/99, do Deputado Álvaro Antônio, que dispõe sobre a implantação de sinalização indicativa e regulamentar nas rodovias vicinais rurais; 150/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, que dispõe sobre proibição de mensagens das concessionárias de serviços telefônicos em telefones desligados por inadimplência; 151/99, da Deputada Maria Olívia, que institui programa de renda mínima para guarda de crianças abandonadas e dá outras providências; 152/99, do Deputado Fábio Avelar, que dispõe sobre a ampliação do objetivo social da COPASA-MG; 177/99, da Deputada Maria Olívia, que isenta do pagamento de taxas para a confecção de segunda via de documentos às pessoas idosas que tiveram seus documentos roubados ou furtados e dá outras providências; 207/99, do Deputado Mauro Lobo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Peçanha imóvel que especifica; 299/99, do Deputado Carlos Pimenta, que cria comissão estadual especial que especifica e dá outras providências; 353/99, do Deputado Ermano Batista, que dispõe sobre a isenção das taxas de inscrição nos processos seletivos das universidades estaduais para o aluno egresso da rede pública; 383/99, do Deputado João Pinto Ribeiro, que dispõe sobre a criação de espaço publicitário nas faixas de domínio público que margeiam as rodovias estaduais; 395/99, do Deputado Arlen Santiago, que altera os arts. 2º, 3º, 5º e 6º, da Lei nº 12.079, de 12/12/96; 415/99, do Deputado Chico Rafael, que obriga as empresas de transportes coletivos intermunicipais a afixar aviso de indenização a passageiros vítimas de acidentes; 458/99, do Deputado Pastor George, que declara de interesse comum e imune de corte o buriti; e 461/99, do Deputado Rogério Correia, que dispõe sobre a inclusão de artigo na Lei nº 12.971, de 27/7/98; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 15 de maio de 2000.

Anderson Adatao, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Agostinho Patrús, Arlen Santiago, Chico Rafael, Sargento Rodrigues e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas no dia 18/5/2000, às 10 horas, no Fórum Dra. Valéria Vieira Alves, na Praça Três Poderes, s/nº, Centro, em Ipatinga; e às 16 horas, no Fórum Gonçalves Chaves, na R. Raimundo Penalva, 70, Vila Guilhermina, em Montes Claros, com a finalidade de se discutir, em audiência pública, com diversos

segmentos da sociedade e representantes dos Tribunais de Justiça e de Alçada do Estado e da AMAGIS-MG, o Projeto de Lei Complementar nº 17/99, do Tribunal de Justiça do Estado, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2000.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 895/2000

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Luiz Fernando Faria, pretende declarar de utilidade pública a Escola Futebol do Futuro, com sede no Município de Santos Dumont.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Escola Futebol do Futuro, fundada em 3/8/93, tem por finalidade precípua a divulgação da cultura e do esporte, apoiando os atletas com todos os meios à sua disposição. Sua sede social, que dispõe de vestiários, campo de futebol, quadras poliesportivas e piscinas, proporciona lazer a seus associados e dependentes.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Diante do aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 895/2000 na forma original.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2000.

Antônio Carlos Andrada, relator.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: WMW Sistemas de Vídeo Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e acessórios integrantes do sistema de circuito fechado de televisão. Licitação: Tomada de Preços nº 2/2000. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. (1011 0112200121270001). Vigência: 1 ano a partir da assinatura.